



# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2022

### MENSAGEM Nº 23/2022 AO PL Nº 14/2022

Vitória da Conquista - BA, 25 de maio de 2022.

Ao Exmo. Sr.

Luís Carlos Batista de Oliveira

MD. Presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

O Município de Vitória da Conquista vem sendo pioneiro em âmbito nacional no que se refere à adoção das medidas de Controle, Correição, Transparência e Integridade. Neste sentido, diversas iniciativas, entre elas o Projeto de Lei Complementar nº 06/2022, que tramita nesta Câmara Municipal, demonstram que o Executivo tem como objetivo ampliar a normatização dos procedimentos, rotinas e processos, a fim de revestir os atos administrativos de ampla legalidade, contando sempre com a apreciação e avaliação dos nobres vereadores deste Município.

Neste sentido, o presente Projeto de Lei tem como objetivo a regulamentação do art. 162, § 2º, da Lei Complementar nº 1.786/2011, através da criação da Gratificação por Produtividade de Atividade Correcional, estabelecendo, portanto, espécie própria de remuneração pela composição de comissões de procedimentos administrativos disciplinares e/ou sancionadores, que será regida pela produtividade, o que revestirá a atividade correcional de maior celeridade e efetividade, haja vista que, quanto mais atos processuais forem praticados pelas comissões, peritos, defensores dativos e similares, maior será a remuneração. Esta iniciativa tem como meta principal a evolução do Sistema de Correição do Poder Executivo Municipal, fomentando, portanto, uma política correcional forte e apta a apurar e prevenir atos lesivos à municipalidade e à coletividade.

Portanto, pugna-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, na forma prevista pela Lei Orgânica do Município, com base nas razões demonstradas no corpo desta mensagem.

  
Ana Sheila Lemos Andrade

Prefeita Municipal



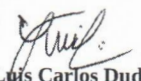


# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2022

CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PROPOSIÇÃO APROVADA EM  
REDAÇÃO FINAL NA SESSÃO DO  
17/08/2022

  
Luís Carlos Dudé  
PRESIDENTE

Regulamenta a Gratificação por Produtividade de Atividade Correcional (GPAC), prevista no §2º do art. 162 da Lei Complementar Municipal nº 1.786/2011 e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com arrimo no artigo 74, III, da Lei Orgânica do Município,

faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica regulamentada a Gratificação por Produtividade de Atividade Correcional (GPAC), destinada ao servidor efetivo e estável designado para integrar comissões de procedimentos correcionais movidos em face de servidores e de pessoas jurídicas, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vitória da Conquista.

**Art. 2º** As Comissões de que trata o art. 1º desta Lei serão constituídas por três membros, designados por portaria da autoridade competente para instaurar os procedimentos dispostos no mesmo artigo, escolhidos dentre os servidores efetivos e estáveis do quadro funcional da Administração Pública Municipal.

**Art. 3º** A GPAC terá como base o valor de R\$500,00 (quinhentos reais), que poderá ser acrescido, limitado a 100% do valor base da gratificação tratada nesta Lei, na forma de regulamento a ser expedido pela Chefia do Poder Executivo Municipal, ou deduzido, em caso de inassiduidade, conforme art. 6º, §§ 1º e 2º, e art. 8º desta Lei.

**Art. 4º** Em caso de ausência, sem motivo justificado, por mais de duas reuniões consecutivas, será o membro faltoso dispensado das suas funções, devendo a suspensão da gratificação do mês correspondente ocorrer contada da primeira ausência.

**Art. 5º** A GPAC não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, devendo ser paga única e exclusivamente no período em que o servidor estiver designado como membro de Comissão de procedimento correcional.

**Art. 6º** Será abonada a ausência do servidor à reunião da Comissão, não incidindo descontos na GPAC, nas seguintes hipóteses:

- I - afastamento por problemas de saúde, no período previsto em Atestado Médico;
- II - gozo de férias;
- III - gozo de licenças, por prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- IV - convocação extraordinária realizada pelo Gabinete da(o) Prefeita(o).

§ 1º As ausências não previstas nos incisos I a IV do *caput* deste artigo ocasionarão dedução na GPAC, não se aplicando, quando justificadas pelo Secretário da pasta de lotação do servidor, a dispensa prevista no art. 4º desta Lei.

§ 2º As deduções previstas no §1º deste artigo limitar-se-ão a 30% do valor base da GPAC, previsto no art. 3º desta Lei.

A







# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2022

**Art. 7º** Os membros suplentes e/ou substitutos das Comissões, quando substituírem os titulares nas hipóteses previstas no art. 6º desta Lei e em seus impedimentos legais, perceberão a GPAC de forma proporcional à sua efetiva participação.

**Art. 8º** Para efeitos da incidência da dedução prevista no §2º do art. 6º ou da percepção da gratificação na forma do art. 7º desta Lei, cada reunião de Comissão equivalerá a 1/8 do valor total da GPAC.

**Art. 9º** A GPAC repercutirá, proporcionalmente, na gratificação natalina e adicional de férias.

**Art. 10** O desempenho de ato processual auxiliar à atividade de correição será remunerado com a GPAC, na forma prevista em regulamento a ser expedido pela Chefia do Poder Executivo Municipal.


**Art. 11** Compete à autoridade responsável pela atividade correcional, até o último dia útil do mês correspondente, a avaliação da produtividade através do controle de frequência e dos relatórios de produtividade expedidos pelos presidentes das Comissões.

**Art. 12** O valor da GPAC poderá ser corrigido, anualmente, por Decreto a ser expedido pela Chefia do Poder Executivo Municipal, tomando por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que o substitua.

**Art. 13** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias atualmente existentes, podendo ser suplementadas, caso seja necessário.

**Art. 14** Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitória da Conquista-BA, 25 de maio de 2022

  
**Ana Sheila Lemos Andrade**  
Prefeita Municipal

